

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM A NORMALISTA

Gildênia Moura de Araújo Almeida

### Introdução

O presente estudo apresenta *A Normalista* do escritor cearense Adolfo Caminha por outro viés: um olhar na história da educação brasileira a partir da Literatura.

Nosso intuito é demonstrar que numa obra literária também temos fontes de pesquisa para compreendermos algumas práticas educativas no Brasil: leis da educação, a vida diária escolar, o dia a dia de uma sala de aula e outros aspectos educacionais.

Em *A Normalista* temos registros sobre Mestre-Escola, Escola de Meninos/Meninas, Colégio das Irmãs de Caridade – Colégio da Imaculada Conceição, a Escola Normal com seu novo programa curricular, como também a Escola Anexa de Aplicação da Escola Normal do Ceará.

Desse modo, convidamos aos leitores para realizar um percurso em *A Normalista*, além do literário, como fonte de pesquisa na história da educação brasileira.

### O Autor

ADOLFO Ferreira CAMINHA nasceu no dia 29 de maio de 1867 em Aracati – CE. Era filho de Raimundo Ferreira dos Santos e de Maria Firmina Caminha.

Muito jovem, aos treze anos de idade, em 1880, foi morar no Rio de Janeiro para ser matriculado na antiga Escola de Marinha. Também em sua juventude iniciou sua escrita literária, conforme nos informa Sânzio de Azevedo (1999, p.21):

Havia na escola uma agremiação cultural, a Fênix Literária, que fazia editar uma revista de título idêntico, e nela começou a escrever Adolfo Caminha. Havia também a *Revista Escola de*

*Marinha*, onde estampou os poemas “A Tarde”, “A Canção do Marinheiro” e “Desafio”, que figurariam no seu livro de estreia.

Sua estreia em livro foi no ano de 1887 com *Voos Incertos e Judite e Lágrimas de um Crente*. O primeiro ficou registrado em alguns estudos como publicado em 1886, contudo Azevedo (1999, p.27) nos esclarece o engano:

Ao falar dos *Voos Incertos*, livro de poemas com que o escritor estreou, observamos certa vez ser de 1887, e não de 1886, como um dia havíamos afirmado. É que, da primeira vez, sem conhecer o livro, baseamo-nos em Lúcia Miguel Pereira.

Adolfo Caminha, perto de completar 21 anos já publicara dois livros e era Oficial da Marinha (sua promoção a segundo-tenente é de 16 de dezembro de 1887). Por motivo de saúde, em 1888, pede transferência para Fortaleza. De volta ao Ceará dedica-se às letras da terra: Clube Literário, *A Quinzena*, *Libertador*, *O Diário* e participa como fundador da sessão inaugural da Padaria Espiritual (usa o nome de Félix Guanabario).

No período que retornou à sua terra natal, também se inicia uma história conturbada em sua trajetória, um escândalo que transformou radicalmente sua vida. Apaixonou-se, perdidamente, por uma mulher casada com um oficial do Exército. Ela, Isabel Jataí de Paula Barros e ele, o alferes Fausto Augusto de Paula Barros. Segundo Sânzio Azevedo (1999, p.35):

Como todo romance proibido, tudo começou, talvez nos últimos meses de 1888, com os cuidados de encontros secretos, dissimulações e outras cautelas. Entretanto, o ardor da mocidade e a intensidade da paixão fizeram com que, cada vez mais imprudentes, Adolfo e Isabel passassem a se comportar de modo cada vez mais acintoso, do ponto de vista da sociedade fortalezense de então.

O desentendimento de Isabel com o marido foi aumentando e assim a jovem separa-se de Fausto Augusto e passa a viver com Adolfo Caminha. Passando os dois apaixonados a viverem juntos e isto causou cóleras, tanto no marido traído como em seus companheiros de farda e amigos. Faz-se então uma grande campanha contra o marinheiro Adolfo que teve a audácia de afrontar a moral e os bons costumes da sociedade

fortalezense. Pediu demissão da Armada e sua exoneração foi assinada no dia 15 de fevereiro de 1890. Ainda em fevereiro, do referido ano, é nomeado praticante da Tesouraria da Fazenda, em Fortaleza, cargo oferecido por Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda. No final de 1892 transfere-se definitivamente para o Rio de Janeiro para trabalhar no Tesouro Nacional.

Em 1893 publica seu primeiro romance, *A Normalista*, tendo Fortaleza como palco de seu enredo. Depois *Bom Crioulo* (1895), um livro de viagem, *No País dos Ianques* (1894). Seus últimos trabalhos foram: *Cartas Literárias* (1895), de crítica; e *Tentação* (1896); e traduz peças do escritor francês Honoré de Balzac.

A 1º de janeiro de 1897 falece Adolfo Caminha, perto de completar 30 anos, vítima da tuberculose, em sua casa da Rua Visconde de Itaúna, no Rio de Janeiro, deixando algumas obras inéditas, a citar os *Pequenos Contos*.

## A Normalista

Romance que tem como personagem principal a jovem Maria do Carmo, ex-aluna do Colégio da Imaculada Conceição e estudante da Escola Normal. Sua mãe falecera devido à seca e o pai partira para a Amazônia. Então, Maria do Carmo desde os seis anos de idade fica sob os cuidados do padrinho, o amanuense<sup>20</sup> João da Mata e de sua amásia Dona Terezinha.

Com o passar do tempo Maria do Carmo se transforma em uma bela moça, isso atrai a atenção do padrinho e passa a sentir desejos pela afilhada.

Às vezes, quando Maria voltava da Escola Normal, ele mandava-a sentar-se na rede, a seu lado. [...] Obedecia-lhe cegamente, nunca lhe dissera uma palavra áspera; ao contrário – eram carinhos, cafunés no alto da cabeça, cócegas, histórias d'almas d'outro mundo e gracinhas p'ra ele rir...[...] E João da Mata sentia um bem-estar incomparável, uma delícia, um gozo inefável ante aquele esplêndido tipo de cearense morena, olhos de cor de azeitona...[...] Quantas vezes, quantas! Punha-se por traz dos grandes óculos escuros, a olhá-la como um pateta, sem que ela sequer percebesse a fixidez de seu olhar cheio de desejo! (CAMINHA, 1997, p.13)

<sup>20</sup> Amanuense: antigo burocrata, escriturário numa repartição pública ou estatal, que fazia a correspondência e copiava ou registrava documentos.

João da Mata não gosta do namoro da normalista com o estudante, futuro bacharel, Zuza. Valendo-se de ser segundo pai, seduz a jovem com promessa de permitir seu namoro com o rapaz. Maria do Carmo não resiste às investidas do padrinho e dele engravida. Este leva a jovem para ter o filho em um casebre na Aldeota, a criança morre logo em seguida. Zuza é obrigado pelo pai a viajar e apenas lamenta não ter sido o primeiro a seduzir a moça, visto que ela estava apaixonada por ele. Maria do Carmo volta a ter sua rotina, conhece o alferes Coutinho e casa-se com ele. Abafam o escândalo e tudo volta à normalidade de uma província.

O enredo é de uma história simples, contudo Adolfo Caminha quis expor as mentiras ocorridas na sociedade, principalmente à fortalezense da época, que tinha um discurso de moral e bons costumes. Com seu talento, o escritor aracatiense realiza a criação literária, pois até os dias atuais chama a atenção de vários leitores. Como afirma Sânzio de Azevedo (1997, p.4): “Encontrou o escritor no Naturalismo à Zola o clima adequado à realização de sua arte e ao desabafo de suas mágoas”.

### **A História da Educação Brasileira em *A Normalista***

Sabemos que uma pesquisa pode utilizar várias possibilidades de fontes, diferentes análises para que tenhamos novos roteiros e assim obtermos um melhor estudo. Neste viés, o pesquisador deve recorrer também às obras literárias como fontes de pesquisa para compreender a sociedade da época com suas ricas descrições de personagens, ambientes e cotidianos (ALMEIDA, 2016). Segundo Xavier (2008, p.11) in *A Educação na Literatura do Século XIX*:

Encontramos, nos textos literários do período, uma farta descrição de práticas, hábitos e costumes da sociedade e a tentativa de expressão, direta e indireta, da cultura ou da mentalidade da época, tanto das elites econômicas e políticas como a do povo, segundo a elite culta que as retrata ficcionalmente.

Desse modo, em obras literárias, o pesquisador encontra também subsídios para suas análises em relação à sociedade da época, com sua cultura, costumes e tradições. Nosso foco é, com a obra *A Normalista*, encontrarmos informações que nos remetem a história da educação brasileira.

Assim sendo, vamos aos vestígios educacionais em *A Normalista*. João da Mata, “noutros tempos fora mestre-escola no sertão da província, donde mudara-se para a capital por conveniências particulares” (CAMINHA, 1997, Capítulo I, p.11). Então, o que era ser mestre-escola? Mestre-escola seria o mestre de primeiras letras, ou seja, professor de instrução primária em uma escola. Segundo Paulo Ghiraldelli Jr. (2008, p. 28-29):

Foi com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, que o ensino realmente começou a se alterar mais profundamente. [...]

O ensino no Império foi estruturado em três níveis: primário, secundário e superior. O primário era a “escola de ler e escrever”, que ganhou incentivo da Corte e aumentou suas disciplinas consideravelmente. [...] o Império deveria possuir escolas primárias, ginásios e universidades. Todavia, no plano prático, manteve-se o descompasso entre as necessidades e os objetivos propostos. Um sintoma disso foi a adoção do “método lancasteriano de ensino”, pela Lei de outubro de 1827.

O método lancasteriano ocorria por ajuda mútua entre alunos mais adiantados e os menos adiantados. Os que tinham mais conhecimento passariam a ser alunos monitores, auxiliares do professor primário. Este sistema de ensino mútuo ou sistema monitorial iniciou na Índia, com o pastor protestante Andrew Bell. Em 1789, o inglês Joseph Lancaster o recriou na Inglaterra, obtendo êxito. Porém, no Brasil este método não teve sucesso como se esperava. Motivo: pela falta de professores e de escolas, como também a falta de organização mínima para ter uma boa educação nacional.

Inicialmente as aulas de Primeiras Letras ocorriam em salas isoladas, ou seja, em um cômodo de uma casa em que o professor formava uma turma e ministrava suas aulas. Depois passou a ser escolas reunidas, em que várias turmas estavam funcionando em um mesmo prédio. Em seguida veio a ideia de Grupo Escolar. Segundo Saviani (2008, p.172):

Embora a reforma promulgada em 1892 abrangesse a totalidade da instrução pública, seu centro localizava-se na escola primária. E a grande inovação consistiu na instituição dos grupos escolares, “criados para reunir em um só

prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar”. Na estrutura anterior, as escolas primárias, então chamadas de primeiras letras, eram classes isoladas ou avulsas e unidocentes. Ou seja, uma escola era uma classe regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. E essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas pelos grupos escolares.

Então, cada grupo escolar era constituído de um diretor e tantos professores quantas escolas tivessem sido reunidas para compô-lo. As escolas isoladas eram não seriadas e os grupos escolares eram seriados (SAVIANI, 2008). No Ceará o primeiro grupo escolar data de 1907, no governo de Nogueira Accioly, o Grupo Escolar Nogueira Accioly, cuja diretora foi Ana Facó (ANDRADE, 2011).

Caminha (1997, Capítulo I, p. 11) nos informa que João da Mata era “então simplesmente o professor Gadelha, o terror dos estudantes de gramática. [...] estava cansado de ensinar a meninos”. Vamos fazer um estudo sobre a educação para as crianças, no final do século XIX. De acordo com a 1ª Lei Geral da Educação Brasileira, que data de 15 de outubro de 1827, no Art. 1º determina que as Escolas de Primeiras Letras para todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. No Art. 6º os professores deveriam ensinar para os meninos a leitura, a escrita, as quatro operações de cálculo e as noções mais gerais de geometria prática. No Art. 12º, as professoras deveriam ensinar as meninas, porém estavam excluídas as noções de geometria, isto sem nenhuma fundamentação pedagógica para explicar a exclusão da disciplina, como se as meninas não fossem capaz de compreender a matemática. Para elas seriam as disciplinas envolvendo as quatro operações básicas (Aritmética), disciplina de prendas (costurar, bordar, cozinhar e outras atividades consideradas do perfil feminino) como disciplina de economia doméstica. Observamos um currículo diferenciado, conforme nos informa Rocha (2016, p. 70):

Nas escolas elementares, o currículo diferenciado entre meninos e meninas fazia com que os conteúdos ministrados a cada um deles fossem direcionados a objetivos distintos. Naquele tempo, o número de escolas para meninos era superior ao de escolas para meninas.

Temos esta constatação de menor quantidade de escolas para o gênero feminino no Art. 11º em que as escolas para meninas serão criadas nas cidades e vilas mais populosas quando os Presidentes em Conselho julgarem necessário este estabelecimento. Somos conhecedores que na história do Brasil a educação feminina sempre ficou em último plano por mais de 500 anos.

Em mais uma passagem de *A Normalista*, João da Mata faz críticas à Educação do Ceará (CAMINHA, Capítulo I, p. 17):

O diabo é que no Ceará não havia colégios sérios. A instrução pública estava reduzida a meia dúzia de conventilhos: uma calamidade pior do que a seca. O menino ou menina saía da escola sabendo menos que dantes e mais instruído em hábitos vergonhosos. As melhores famílias sacudiam as filhas na *Imaculada Conceição* como único recurso para não vê-las completamente ignorantes e pervertidas.

O Colégio da Imaculada Conceição foi fundado em 1865. Sua primeira sede foi à Rua Formosa (hoje atual Rua Barão do Rio Branco), número 28 e 30, centro de Fortaleza. A escola tinha a dupla finalidade de abrigar e educar as meninas órfãs que deveriam receber além da educação o ensino de outras atividades úteis, como por exemplo, a de poderem trabalhar em casa de família. Após dois anos de funcionamento na casa da Rua Formosa, o espaço físico se tornou pequeno devido ao aumento do atendimento, ficando o Colégio sem condições de abrigar novas candidatas. Desse modo, a escola foi transferida, em 1867, para o prédio onde até hoje funciona, na Praça Figueira de Melo, nº 55, no centro de Fortaleza, vizinho a Igreja Pequeno Grande, em frente ao Colégio Estadual Justiniano de Serpa (que funcionou como Escola Normal do Ceará). O Colégio da Imaculada Conceição tinha duas vertentes de trabalho: a primeira como uma instituição filantrópica, na qual dava assistência às meninas pobres, órfãs e abandonadas pela seca; a segunda como uma instituição particular, na qual os senhores latifundiários encaminhavam as filhas para estudarem em regime de internato. Quando Maria do Carmo conclui seus estudos no Colégio da Imaculada Conceição passa a ser aluna da Escola Normal.

O senador cearense Martiniano de Alencar tenta fundar a Escola Normal do Ceará, ao estilo ensino europeu. Projeto que vinha desde 1840,

contudo sofreu críticas severas, pois enquanto a população sofria com a epidemia da varíola ele funda a tão planejada Escola Normal. Com a Lei nº 1790 de 28 de dezembro de 1878 (sancionada em 28 de outubro de 1879, com a pedra fundamental em 1881), é criada a 1ª Escola Normal do Ceará. Porém, a sua fundação realmente só ocorreria em 22 de março de 1884, tendo o seu primeiro Regulamento expedido em 1885. Mesmo não ocorrido a construção da escola normalista, essa ficou criada perante a lei, embora tal ato causasse estranheza aos cearenses, no meio da tragédia da seca vir o ideal de uma nova escola. (ALMEIDA, 2012).

Adolfo Caminha em *A Normalista* denuncia que na Escola Normal as aulas não tinham material pedagógico para que o professor pudesse realizar um bom trabalho, e quando tinha o recurso didático, esse não era utilizado adequadamente:

A sala era bastante larga para comportar outras tantas discípulas, com janelas para a rua e para os terrenos devolutos, muito ventilada. Era ali que funcionavam as aulas de ciências físicas e naturais, em horas diferentes das de geografia. Não se via uma só carta geográfica nas paredes, onde punham sombras escuras peles de animais selvagens colocadas por cima de vidraças que guardavam, intactos, aparelhos de química e física, redomas de vidro bojudas e reluzentes, velhas máquinas pneumáticas nunca servidas, pilhas elétricas de Bunsen, incompletas, sem amálgamas de zinco, os condutores pendentes num abandono glacial; coleções de minerais, numerados, em caixinhas, no fundo da sala, em prateleiras volantes... Nenhum indício, porém, de esfera terrestre. (CAMINHA, 1997, Capítulo V, p.66)

Para melhorar as ações pedagógicas, o governo criou a *Escola de Aplicação*, junto a Escola Normal do Ceará, também denominada de *Escola Anexa*. O objetivo dessa escola de aplicação era para que as alunas normalistas colocassem em prática as teorias recebidas, com funcionamento até 1918, ficando três anos sem essa atividade prática. Depois, em 1922, a escola de aplicação pedagógica retornou as suas atividades com o nome de *Escola Modelo* (Lei 1953, de 02 de agosto de 1922). Lei que

reforçou o ensino primário e normal do Estado do Ceará,



que este diploma se baseou numa concepção de educação integral, trazendo preocupações com as dimensões intelectuais, físicas, morais e cívicas, expressas na criação de aulas de ginástica, música e canto e na transformação das aulas de desenho geométrico para desenho natural ou à mão livre e as de trabalho de agulha para trabalhos manuais e educação doméstica (Art. 10). Esta mesma lei criou a Escola Modelo encarregando-a de ministrar ensino primário integral, de 4 anos. O regulamento da Instrução Pública de 28 de fevereiro de 1923, no Capítulo IV, artigos 85 e 86, se ocupa sumariamente desta escola, indicando que ela servirá para os exercícios de prática pedagógica da Escola Normal. (OLINDA, 2005, p.16)

Na obra *A Normalista*, Adolfo Caminha (1997, Capítulo I, p. 18) apresenta a mudança da personalidade de Maria do Carmo quando essa deixa de ser aluna da escola religiosa e passa a ser aluna normalista. Ao mesmo tempo o autor realiza críticas à educação destinada ao público feminino:

Havia meses que Maria do Carmo cursava a Escola Normal. Sua vida traduzia-se em ler romances que pedia emprestados a Lídia, toda preocupada com bailes, passeios, modas e *tutti quanti*... Ia à Escola todos os dias vestidinha com simplicidade, muito limpa, mangas curtas evidenciando o meio-braço moreno e roliço, em cabelo, o guarda-sol de seda na mão, por ali afora — toque, toque, toque — até à praça do Patrocínio, como uma grande senhora independente.

[...]

A fama da normalista encheu depressa toda a capital. Não se compreendia como uma simples *retirante* saída há pouco das Irmãs de Caridade fosse tão bem-feita de corpo, tão desenvolta e insinuante. As outras normalistas tinham-lhe inveja e faziam-lhe pirraças. Nas reuniões do *Club Iracema* era ela a preferida dos rapazes, todos a procuravam.

Adolfo Caminha nos retrata como as alunas eram tratadas nessas duas instituições educacionais tanto pela comunidade escolar como pela sociedade civil: as alunas do *Colégio da Imaculada Conceição* eram respeitadas, enquanto que as alunas da *Escola Normal* eram tidas como moças

sem virtudes morais e sem bons costumes. Não sendo de bom tom uma jovem da elite estudar nessa instituição. Considerando mais viável uma moça estudar, principalmente como interna, em um colégio de freiras, pois nessa instituição religiosa elas seriam realmente educadas e aptas para um bom casamento. Que era este o costume da época, uma moça educada em boas escolas, principalmente de freiras, seriam adequadas para um consórcio matrimonial.

A Escola Normal até os anos vinte do século passado não tinha muito prestígio, visto que as moças eram criticadas por estudarem nesta instituição. A importância da Escola Normal surgiu após a reforma educacional de 1922 que “introduziu novos métodos de ensino e novos fundamentos pedagógicos, além da Escola Modelo, o laboratório onde as normalistas desenvolviam a *pedagogia experimental*”(SILVA, 2002:64), marcada pelos intelectuais da educação com o ideário da Escola Nova. Período que o pedagogo Lourenço Filho, com a ideia do Escolanovismo, veio realizar a reforma educacional no Ceará a convite do governador Justiniano de Serpa.

Adolfo Caminha em *A Normalista* registra a mudança ocorrida no currículo educacional da nova Escola Normal:

O programa era outro, mais extenso, mais amplo, dividido metodicamente em *educação física, educação intelectual, educação nacional ou cívica, educação religiosa...* pelos moldes de H. Spencer e Pestalozzi; o horário das aulas tinha sido alterado, havia uma escola anexa de aplicação, estava tudo mudado. (CAMINHA, 1997, p. 194)

Este ideário de uma nova escola ficou conhecido no Ceará por Reforma Lourenço Filho, que marca o início de uma nova fase educacional cearense, ocasionando mudanças no ensino primário e normal. A reorganização do sistema educacional desenvolvida por Lourenço Filho não se preocupava apenas com a educação pública. Para ele outros itens não poderiam ficar dissociados à reforma, tais como: higiene, arejamento e conforto das salas de aulas e novos prédios colegiais (PONTE, 1999, p.55).

Segundo Rocha (2016, p.76) a educação, principalmente a feminina, sob a observação de Adolfo Caminha estava longe de ser a ideal. O escritor realizou críticas à sociedade fortalezense por meio da Literatura

mostrando, via personagens, a decadência dos valores morais, éticos e políticos daquela época, final do século XIX e início do XX, em que o autor aracatiense ressalta a pouca importância dada à educação cearense, principalmente em relação à formação dos profissionais do magistério.

Destarte, percebemos que educação e literatura se entrelaçam, uma se fortalece com a outra para ser fonte de estudo. As obras literárias dão suporte às pesquisas como fontes, tanto referente à Educação como em outros estudos, tais como Sociologia, História, Psicologia e outras áreas, porque numa ficção encontramos registros de verossimilhança.

### **Considerações Finais**

Com análise na obra *A Normalista* de Adolfo Caminha, encontramos indícios sobre a história da educação brasileira. Do enredo de um romance naturalista, das vozes dos personagens e do narrador, obtivemos informações sobre a prática pedagógica nas escolas cearenses do século XIX e início do XX.

Diante do exposto, com o estudo de uma obra literária percebemos que temos mais do que um enredo ficcional. Existe a possibilidade de uma investigação de época, da sociedade com seus valores e costumes. Assim sendo, a Literatura pode ser uma rica fonte de pesquisa documental, principalmente para compreendermos as práticas educativas, pois por meio da ficção poderemos observar as ações pedagógicas desenvolvidas no espaço escolar.

Destarte, consideramos importante que o pesquisador ao estudar sobre a história da educação, que além das informações obtidas nas fontes primárias e secundárias pesquise também as fontes literárias, pois nessas temos ação, cotidiano e por meio do discurso dos personagens o ponto de vista em relação à educação brasileira.

## Referências

ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo. Literatura como fonte para pesquisa educacional. In: ANDRADE, Francisco Ari de. et al (orgs.). **Literatura e educação: teoria, ensino e práticas**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2016, p. 93-101.

\_\_\_\_\_. **Mulheres beletristas e educadoras: Francisca Clotilde na sociedade cearense – de 1862 a 1935**. Tese (Doutorado). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), 2012, 356f.

\_\_\_\_\_. Escola Normal do Ceará: sua trajetória. In: VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo P. et al (orgs.). **Cultura, educação, espaço e tempo**. Coleção diálogos intempestivos, n. 105. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 559-570.

ANDRADE, Francisco Ari de. “Templo de Civilização” no Ceará: a criação do grupo escolar em Fortaleza, no começo do século XX. In: VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo P. et al (orgs.). **Cultura, educação, espaço e tempo**. Coleção diálogos intempestivos, n. 105. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 515-530.

AZEVEDO, Sânzio de. **Literatura cearense**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976. 597p.

\_\_\_\_\_. *A Normalista*, romance cearense in CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. Fortaleza: Diário do Nordeste, 1997, p. 3-6.

\_\_\_\_\_. **Adolfo Caminha, vida e obra**. Fortaleza: EUFC, 1999, 190p.

CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. Fortaleza: Diário do Nordeste, 1997, 202p.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008, 272 p.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Formação integral do educando no tempo da escola normal**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2005.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860 – 1930)**. 2ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

ROCHA, Francisca Solange Mendes da. As “normalistas” de Adolfo Caminha. In: ANDRADE, Francisco Ari de. et al (orgs.). **Literatura e educação: teoria, ensino e práticas**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2016, p. 67-77.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Coleção memória da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 474p.

SILVA, Maria Goretti Lopes Pereira. “Escola normal do Ceará: impasses de criação e a tônica reformista (1884-1922)” in CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; et al. **História e memória da educação do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **A educação na literatura do século XIX**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. 243p.

1ª Lei Geral da Educação Brasileira (15 de outubro de 1827) [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html) (acesso em 30/04/2017).